



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ

JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO EDITAL

Edital Pregão nº 008/2018

Processo Administrativo nº 009/2018

Relatório.

Cuida-se de impugnação ao Edital Pregão Presencial nº 008/2018, apresentada pela empresa COMERCIAL DINÂMICA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 23.227.868/0001-24, com sede na cidade de Goiânia-GO, na Rua 104, nº 7 – sala 10 – CEP 74.083-300 na qual se alega ilegalidades constantes no instrumento convocatório.

Aduz que tem o interesse em participar da licitação, e que o item 2.1 do Edital, ao prever a participação no pregão das concessionárias autorizadas pelo fabricante ou o próprio fabricante do veículo é ilegal pois afronta a Lei 8.666/91 que proíbe a restrição de mercado.

Também se insurge contra o item 7.1 do Termo de Referência que estabelece que o veículo deverá ser entregue com o primeiro emplacamento em nome da Câmara Municipal de Jataí, alegando que o conceito de carro zero quilômetro, não se restringe ao primeiro emplacamento.

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO

A doutrina aponta como pressupostos dessa espécie de recurso administrativo, cuja existência concreta deve ser preliminarmente aferida: a manifesta tempestividade, a inclusão de fundamentação e de pedido de reforma do instrumento convocatório.

O Art. 18 do Decreto 5.450/05 estabelece como termo final para impugnação dos termos do edital de licitação perante a Administração até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública do pregão.

Preenchidos também os demais requisitos doutrinários, pois a petição é fundamentada e contém o necessário pedido de retificação do Edital.

DO MÉRITO

A previsão de poderem participar do certame as concessionárias



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

autorizadas pelo fabricante ou o próprio fabricante do veículo se fundamenta na questão central do conceito de carro zero quilômetro.

A Lei n. 6729/79, também conhecida como Lei Ferrari, disciplina a relação comercial de concessão entre fabricantes e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.

Por suas disposições, é possível verificar que veículo zero km (novo) somente pode ser comercializado por concessionário (ou distribuidor), conforme terminologia legal. (art. 1º e 2º)

Mais adiante, em seu artigo 12, verifica-se que o normativo impõe ao concessionário a obrigatoriedade de vender o veículo apenas ao consumidor final, vedando a comercialização de veículos novos para fins de revenda.

Assim, se o veículo novo somente pode ser vendido por concessionário ao consumidor final, resta claro que o fato de o veículo ser revendido por não concessionário (que na cadeia também se caracteriza como consumidor final), a outro consumidor final (no caso, a Administração Pública), descaracteriza o conceito jurídico de veículo novo.

Nesse contexto, cumpre ainda destacar a definição de veículo novo adotada pelo Código de Transito Brasileiro (Lei n. 9503/97) e pelo CONTRAN:

“Art. 120. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semirreboque, deve ser registrado perante o órgão executivo de transito do Estado ou do Distrito Federal, no Município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da Lei.”

“Deliberação CONTRAN n. 64, de 24 de maio de 2008 – VEÍCULO NOVO – veículo de tração, de carga e transporte coletivo de passageiro, reboque e semirreboque, antes do seu registro e licenciamento.” (g.n.)

Dessa forma, temos que o primeiro emplacamento só pode ter origem em duas situações, ou pela aquisição do veículo junto ao fabricante, ou pela aquisição do veículo junto ao concessionário. Fora dessas situações, o emplacamento já não será de um veículo novo, mas seminovo.

Assim, como a venda do veículo novo somente pode ser efetuada por concessionário ou fabricante ao consumidor final, e este, nos termos do art. 120 do CTB, tem a obrigação de registrar o veículo perante o órgão executivo de transito de seu domicílio ou residência, a conclusão a que se chega é de que o veículo que, adquirido do concessionário, para fins de revenda, somente poderá ser transferido ao novo comprador após o seu registro e licenciamento.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Essas empresas intermediárias, por não serem concessionários autorizados, nem fabricante, teriam que comprar o veículo de um concessionário, registrar, licenciar e emplacar o veículo, para, então, posteriormente, repassá-lo a um terceiro, através do preenchimento do recibo de transferência, também chamado DUT, quando o veículo, obviamente, não será mais considerado novo, mais sim caracterizado como um veículo seminovo, portanto, torna-as impossibilitadas de entregar o veículo novo (zero km), conforme solicitado no edital.

Ou seja, apenas os fabricantes e as concessionárias é que podem comercializar veículos novos, pois emitem a Nota Fiscal diretamente para a Administração Pública, que por sua vez, realizará o primeiro emplacamento do veículo diretamente para o seu nome, e qualquer procedimento diverso, embora possa transmitir uma aparência de regularidade, é irregular e não deve ser considerado válido, por contrariar a Lei Ferrari e as orientações dos Órgãos de Trânsito sobre o tema.

Com efeito, em obediência aos princípios constitucionais da legalidade e moralidade, expressamente acolhidos pela Lei n. 8.666/93, que por sua vez, é aplicada de forma subsidiária aos pregões (Lei n. 10.520/2002), não pode a Administração Pública acolher procedimento manifestamente contrário à Lei, e conseqüentemente, permitir a participações dessas empresas nos certames.

DECISÃO

Destarte, presente o requisito de forma, prescrito em lei, a impugnação reúne as condições para ser conhecida, e no mérito, o pleito da impugnante é **IMPROCEDENTE**, razão pela qual se decide manter inalterado o instrumento convocatório.

Certifique-se a impugnante.

Publique-se no site oficial da Câmara Municipal para conhecimento dos demais interessados.

Junte-se aos autos do procedimento administrativo.

Jataí-GO, 05 de abril de 2018.

Juliana Paula Chaves Furquim
Pregoeira